

**PAUTA DAS MULHERES EM 1945: LUTA PELA ANISTIA E PELA  
DEMOCRACIA**

Zélia de Oliveira Gominho.

Universidade de Pernambuco e Prefeitura do Recife.

[zelia.oliveira@upe.br](mailto:zelia.oliveira@upe.br)

**Resumo:** Este artigo é fruto de pesquisas de mestrado e doutorado, e aborda sobre o protagonismo das mulheres no contexto tenso e delicado das relações nas décadas de 40 e 50; 1945 foi um ano marcante na história do Brasil e do mundo: fim da ditadura do Estado Novo e fim da II Guerra Mundial. Muitas mulheres se engajaram na luta política em prol da anistia, da democracia, da constituição e da paz.

**Abstract:** This article is the result of master's and doctoral research, and deals with the protagonism of women in the tense and delicate context of relations in the 40's and 50's; 1945 was a landmark year in the history of Brazil and the world: end of the Estado Novo dictatorship and end of World War II. Many women have engaged in the political struggle for amnesty, democracy, the constitution and peace.

**Palavras-chave:** História das Mulheres, Anistia, Democracia.

Sou dos que pensam talvez um tanto arcaicamente que a principal função da mulher continua a ser a de dona de casa, esposa, mãe, filha, irmã, isto é, uma função antes de inspiradora e colaboradora do homem do que de sua rival por meio de uma autonomia arrogante e talvez falsa nos seus fundamentos ou de uma suficiência enfática e talvez artificial em suas “razões biológicas”. (FREYRE, Gilberto. “As Mulheres Pernambucanas e a nova campanha abolicionista. Diário de Pernambuco, Recife, 12 de setembro de 1945).

Essa fala é do saudoso sociólogo, político, e - por que não? – historiador pernambucano Gilberto Freyre, ao se referir à colaboração feminina na União Democrática Nacional, a UDN, na campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência em 1945. Freyre traz fatos passados - as abolicionistas que doaram suas joias no final do século XIX para libertar os escravos, e as mulheres de Tejucupaco, que enfrentaram bravamente os holandeses no século XVII - para elogiar a iniciativa dessas mulheres, mas também para alertá-las de seus limites. Ressalta que elas não precisam “ir

além do intenso esforço eleitoral”. Freyre reconhece-se arcaico e que se incomoda com essa ênfase na “autonomia da mulher”; critica os ...

excessos no sentido de indiferenciação que vão artificialmente igualando as funções dos dois sexos em países como os Estados Unidos, com evidente prejuízo para a criação dos filhos e para o preparo doméstico dos doces e dos guisados.

A mulher como agente discreta na História é a percepção que Freyre e outros intelectuais apresentam em suas obras. Em *O caso eu conto como o caso foi*, memórias de Paulo Cavalcanti (SP: 1978), que viveu esse período como promotor público, e em 1947 assumia sua primeira legislatura como deputado estadual pelo PCB, encontramos pouquíssimas referências sobre a atuação feminina nos embates da época; menciona rapidamente sobre suas contemporâneas Júlia Santiago da Conceição, primeira vereadora do Recife, e Adalgisa Cavalcanti, primeira deputada de Pernambuco, mas nada diz sobre o engajamento feminino em prol da democracia, na defesa da Constituição, e em prol da paz, nem mesmo sobre como colaboravam para manter circulando o Folha do Povo, que sobrevivia à custa das doações de seus leitores.

Infelizmente, o protagonismo feminino na História é ainda algo pouco estudado; praticamente um conhecimento restrito às discussões acadêmicas. No Ensino Básico a História das mulheres muitas vezes é tratada, quando abordada, como uma curiosidade, a “exceção à regra”, algo fora do comum, restrita ao período das comemorações do oito de março. Nesse sentido, a História, comumente, é representada como a “história dos homens”, e embora possa se compreender nessa expressão “dos homens” algo genérico, que inclui as mulheres, o protagonismo privilegiado é do sexo masculino.

Como podemos perceber nas palavras de Gilberto Freyre, nas décadas de 40 e 50 o machismo e o patriarcalismo são características socialmente aceitas e estimuladas até mesmo pelas próprias mulheres, pois há uma cultura, um *status quo* respaldado juridicamente, que é preservado e reproduzido voluntária e involuntariamente de tão introjetado: O conservadorismo consciente e inconscientemente sobrevive e resiste à modernidade. Aceita algumas alterações, oferece algumas concessões, se adapta até certo ponto, mais à superfície, nas aparências, da porta para fora. Mulheres que rompem com o padrão das convenções sociais nas décadas de 40 e 50 ainda eram, muitas vezes, discriminadas; sofriam com preconceitos por ser mãe solteira, por ter sido seduzida, por

ter passado da idade de casar-se, por ser desquitada, por trabalhar fora, por fumar, por falar o que pensa...

Entretanto, existiam mudanças em curso há muito tempo. A mulher nunca foi tão submissa e sob controle quanto a História (oficial) nos faz parecer. Quem conta as histórias, geralmente, ressalta o que lhe convém. Segundo Michel Pollak, a memória [dos homens] é seletiva e registra o que lhe parece mais significativo.

Desde o final do século XIX podemos perceber as mulheres em luta de maneira mais ostensiva por seus direitos; seja pelo direito ao voto, por liberdade, autonomia, respeito, seja por melhores condições de vida e trabalho. Pautas que, muitas vezes, reuniram na mesma peleja proletárias e burguesas. A história da maestrina Chiquinha Gonzaga (1847-1935) é um bom exemplo de busca da mulher por liberdade, por exercer sua autonomia, de luta contra os preconceitos: Proibida pelo marido de dar atenção à música, após seis anos, abandona o casamento e perde o direito de criar dois de seus filhos ficando apenas com o mais velho. Nas primeiras décadas do século XX as mulheres alcançaram, no Brasil, uma certa liberdade; porém, na condição de solteira, ao casar-se deveriam se submeter à autoridade do marido, o chefe da família.

Bertha Lutz foi uma das que liderou o movimento feminista no Brasil na década de 20. Seus pais lhe ofereceram uma educação esmerada; primeiramente no Externato Madame Ivanko em São Paulo, de onde saiu com altos elogios da diretora. O Secundário e a faculdade de Ciências Naturais ela cursou na França, em Paris; o pai desejava que colaborasse em suas pesquisas. A mãe, Amy Fowler Lutz, era enfermeira; tinha sido voluntária na assistência a leprosos no Havaí; empreendeu diversas obras sociais, como escolas noturnas para trabalhadores aprendizes e diurnas para pequenos vendedores.

Quando Vargas assumiu o poder em 30, Bertha Lutz há muito tempo já vinha escrevendo e publicando diversos artigos, livros, e até novela; nos quais, além de assuntos relativos à área que se especializou, tratava de questões relativas à condição feminina, especialmente sobre a mulher brasileira, como também havia participado de encontros e conferências feministas locais e internacionais, inclusive representando o Brasil no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em

1919. Nesse mesmo ano, junto com um grupo de senhoras da sociedade, fundou a Liga de Emancipação Feminina; e, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Bertha trabalhava também com o pai, o cientista natural Adolfo Lutz, e era funcionária do Museu Nacional desde 1919. Em 1933 bacharelou-se em Direito no Rio de Janeiro, filiou-se ao Partido Autonomista do Distrito Federal, e concorreu ao pleito de 1935 para a Assembleia Constituinte de 36. Foi eleita suplente; com a morte do deputado Candido Pessoa, assumiu a vaga. Em 1936 já apresentava emenda para a criação da Universidade do Brasil. Em 1937, Bertha Lutz presidia a Comissão de Estatuto da Mulher. No dia 29 de outubro ela apresentava em plenário “O Trabalho Feminino – A Mulher na Ordem Econômica e Social, como parte para elaboração do Estatuto da Mulher”. Em 10 de novembro acontecia o golpe do Estado Novo, o Congresso foi fechado. Em 1939, Bertha Lutz foi nomeada pela diretora do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres, como representante do Museu no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. No período do Estado Novo encontramos Bertha escrevendo em conjunto com o pai artigos sobre ciências naturais, e organizando o seu acervo junto com o irmão; mas, em 1944 foi designada delegada plenipotenciária, com status de embaixadora, à Conferência de São Francisco, que criou as Nações Unidas (ONU). E em 1945 recebeu o título de doutor Honoris Causa da Mills College da Califórnia.

Bertha Lutz mantinha correspondência e relações de amizade com o movimento feminista de Pernambuco, particularmente com Edwiges de Sá Pereira, que junto com Martha de Hollanda lideravam reuniões em que se discutia as problemáticas do ser feminino na época; Martha fundou a Cruzada Feminista Brasileira (1931). As pesquisas de Alcileide Cabral e Maria Angélica Pedrosa de Lima e Silva abordam muito bem essas histórias (NASCIMENTO; LUZ: 2015. P11 e 105).

Percebemos que o regime Estado Novista dificultou as atividades feministas, ou tomou para si esse processo de empoderamento feminino – o que, certamente, significou um controle e um redirecionamento diferenciado da proposta de muitas feministas, pois o Estado prescrevia políticas públicas, dispositivos culturais específicos – em alguns

documentos usavam o termo *profilaxia* -, para os diversos segmentos sociais – especialmente para as camadas populares – os trabalhadores e trabalhadoras -, e colocavam a mulher como pilar fundamental da família brasileira, dos cuidados essenciais com as crianças, com a formação do novo cidadão brasileiro, o “homem concreto”, ciente de sua função e importância na manutenção da harmonia social, fiel ao Estado e trabalhador em prol da coletividade. No Recife, por exemplo, foi constatado que a maior parte das famílias moradoras de mocambos tinham a mulher como chefe de família; os homens estavam ausentes por abandono, ou por buscar trabalho em regiões distantes ou por nunca terem se casado de fato. O governo e a Igreja, então, trataram de regularizar a situação dessas famílias para a aquisição da casa em substituição ao mocambo; todavia, a escritura do imóvel ficava em nome da mulher como garantia de herança para os filhos; e muitas vilas foram erguidas com estrutura para atender ao trabalho do qual sobreviviam. Então, como resultado de uma campanha do governo com o empresariado local – da Liga Social Contra os Mocambos -, surgiram as vilas das: cozinheiras, lavadeiras e costureiras.

O vocábulo “feminismo”, por sua vez, é difícil de ser encontrado grafado nas fontes no período do Estado Novo e até da redemocratização. Entretanto, Bertha se manteve ativa sendo protagonista em suas funções; mas, devemos considerar que sua situação era privilegiada; não se casou, se dedicou à Ciência, era filha de um cientista reconhecido, funcionária pública com trânsito em espaços acadêmicos no exterior, e vivia numa rede de relações sociais e políticas bem específicas.

O trabalhar fora do lar, no entanto, sempre foi algo complicado na vida das mulheres: Da mais humilde a mais rica. Sua condição naturalizada de reprodutora e cuidadora do lar persiste na história como os atributos femininos mais valorizados para ser considerada uma “boa e honesta mulher” em todas as camadas sociais. Contudo, ser mãe e trabalhadora operária, ou camponesa, não é, geralmente, opção; e sim necessidade, sobrevivência, e nessa história até as crianças eram obrigadas a se submeter a situações de extrema exploração e falta de direitos.

No caso das classes média e alta, até meados do século XX, estudar, ter um nível superior, e trabalhar fora era um privilégio concedido a poucas, e, por vezes, à custa de muitas dificuldades e aborrecimentos – como a ideia de que estariam tirando o trabalho

de chefes de família. Geralmente, a atividade era suspensa na condição de casada e gestante. Estudar e trabalhar dependia, comumente, da autorização dos homens da casa: pai, irmão, marido, tutor... Nas décadas de 40 e 50 percebemos um aumento da frequência feminina nas escolas de ensino médio e universitário; no entanto, as escolas mistas de ensino médio, ou exclusivamente femininas, públicas ou de baixo custo ainda são poucas. Também havia uma resistência em matricular em escolas mistas, como em considerar certos cursos superiores impróprios para uma mulher. De toda maneira, tivemos nossas pioneiras nos cursos de Engenharia, Medicina, Agronomia, Direito. De 1944 a 1948, por exemplo, o curso de Engenharia Agrônoma em Pernambuco formou quatro mulheres, em turmas de quarenta alunos homens: Ester Sara Feldmus (1944), Sara Botler (1945), Sonia Artigas de Oliveira e Maria Celene Ferreira Cardoso Alameda (1948).

A Primeira Guerra Mundial já proporcionara uma relação diferente da sociedade para com as mulheres que precisavam trabalhar. Mulheres que contribuíram para a economia e os serviços na ausência dos homens, que estavam em campo de batalha, e prestaram serviços voluntários e de apoio às tropas. Mas, os homens voltaram da guerra, e a maioria delas voltou para seus afazeres domésticos.

A Segunda Guerra possibilitou uma inserção maior da mulher em setores diversos: da atividade fabril mais especializados, do serviço, da ciência e tecnologia, e de combate. E aí, nesse momento, a cultura norte-americana, popularizada pelos filmes hollywoodianos, e até mesmo os noticiários da guerra no cinema, ajudou a favorecer mudanças significativas no comportamento feminino – observe que Gilberto Freyre faz justamente uma crítica ao excesso de “indiferenciação” entre homens e mulheres nos Estados Unidos.

A mulher burguesa das décadas de 40 e 50 vivia uma modernidade contraditória, dúbia; ao mesmo tempo que permanece o estímulo para que seja a fiel esposa boa mãe e excelente dona de casa, as novidades do mundo moderno a seduzem e lhe é exigido estudo, participação/ colaboração [discreta] nos embates dos homens – a mulher, muitas vezes, é aquela que prepara, recebe e facilita os encontros, os negócios... Entretanto, concomitantemente, ela se torna cada vez mais consciente de que suas possibilidades de existência não precisam se resumir a uma vida familiar restrita ao lar, e de que a vida

conjugal não deve ser vivida na submissão, repressão, e muitas vezes, com base na violência.

Nem Bertha, nem Edwirges contraíram matrimônio; e em 1945 encontramos, impresso no Diário de Pernambuco, Raquel de Queiróz e Maria Lúcia Pereira escrevendo sobre as possibilidades de vida além do casamento. Diz Lúcia em “Solteironas e Celibatárias” (Diário de Pernambuco, novembro de 1945):

Se o mundo fosse como a retardatária província brasileira, com a sua vida arrastada e pacata, se todas as mulheres fossem como nossas provincianas, tímidas e submissas, haveria apenas no fato de ficarem solteiras as moças cujos futuros maridos não voltaram do campo de batalha, um maior número de destinos melancólicos a lamentar. Mas se a situação é na sua essência, a mesma, as circunstâncias são outras. Nem há na sociedade moderna, tão áspera e utilitária, lugar para as “tias” de antigamente, nem as mulheres de hoje se sujeitariam a viver tuteladas, numa minoridade artificial e deprimente.

O matrimônio era visto como uma exigência social, passar da idade de casar-se, ficar “pra titia” era constrangedor; dificilmente era visto como uma possibilidade libertadora. O direito ao voto havia sido conquistado em muitos lugares, inclusive no Brasil em 1932; e essa conquista representava a abertura de caminhos, de estratégias para resolver questões mais sensíveis e essenciais para a vida das mulheres, de modo que elas pudessem utilizar o voto como instrumento de luta a seu favor. Votar e poder ser votada coloca a mulher como pessoas capazes de autodeterminação, aptas ao trabalho que desejassem realizar; especialmente as mulheres casadas, que dependiam da autorização do marido e viviam à mercê de suspeitas sobre sua honestidade.

Apenas em 1962, com o Estatuto Civil da Mulher Casada, a esposa deixa de ser vista como subordinada e passa à condição de “colaboradora” do esposo. A luta é longa; e, em pleno século XXI, muitas questões ainda enfrentam resistências e reações violentas, haja vista o número alto de feminicídios e violência doméstica na atualidade.

Mas, a pauta das mulheres em 1945, ainda não contemplava diretamente reivindicações explícitas do que hoje denominamos Movimento Feminista. Em 1945, muitas mulheres brasileiras estavam lutando pela redemocratização do país. Se engajavam, portanto, numa luta política, cujo universo é predominantemente masculino. Na verdade, estavam preocupadas em pacificar, em promover o regime democrático no país, e nesse contexto, segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (2008:509)

reivindicavam também a solução de questões pontuais do cotidiano, por: creches, bibliotecas, contra a carestia e a demolição de favelas.

É possível que elas tenham compreendido que a democracia seria um regime que criaria possibilidades de melhorar sua condição perante a sociedade. Contudo, a democracia que se exalta em 1945 é, basicamente, a da não-ditadura, da liberdade de expressão, do direito de votar e ser votado. O que podemos perceber predominantemente em diversos discursos é que não se aprofunda muito a ideia de democracia, não se amplia, resume-se a uma forma de governar.

A participação do Brasil na guerra ressaltou as contradições do regime varguista. Como lutar ao lado de democracias pela liberdade, contra o nazifascismo, sendo uma ditadura centralizadora e que, por meio da educação e de diversos dispositivos socioculturais e policiais, bem semelhantes ao proceder nazifascista, mantinha a sociedade sob controle e censura?

A reação crescente de diversos setores da sociedade criou situação favorável para que Getúlio Vargas declarasse a possibilidade de eleições para o executivo e legislativo federal ainda naquele ano de 1945. E, acreditando nessa possibilidade, iniciou-se um movimento para anistiar presos e exilados políticos. Os comunistas é que mais tinham interesse pela anistia, muitos estavam presos desde 1935; contudo, aqueles que haviam sido alijados do poder em 1930 também tinham interesse em voltar, e voltavam declarando-se democratas, algo discutível; afinal, a república café com leite ficou marcada pelos diversos estados de sítio, truculência policial em represália às críticas e ao movimento operário. Os trabalhistas diziam que as “múmias” ressurgiam para o novo cenário político, mas que não os enganavam com seus novos discursos. E, por isso mesmo, os trabalhadores desconfiavam da volta desses políticos, e sentiam receio de que nessas mudanças perdessem direitos, e voltassem à condição de meros expectadores das ações do governo. Apesar de ditadura, Vargas possibilitou a participação dos trabalhadores na política, nos Conselhos de Estado, uma participação sob seu controle, com os sindicatos sob sua tutela, mas que, em comparação, a situação anterior a 30, era uma inovação, um processo de interação capital-trabalho que deveria se manter e aperfeiçoar.

Foi criada, então, no Rio de Janeiro, o Comitê de Mulheres pela Anistia. Um Comitê que, ao alcançar o seu objetivo, que era o de libertar os presos políticos e possibilitar a volta dos exilados, permaneceu na luta mudando o nome para Comitê de Mulheres pró-Democracia, cujo objetivo era...

[...] fazer com que a mulher participe, efetivamente, da consolidação da democracia brasileira, defender os direitos que já lhe são assegurados em lei e protestar, pelos meios aos seus alcance, contra atos dos Poder Constituído que firam direitos da Mulher e da Criança, direitos estes que devem ser assegurados num regime democrático. (“Tomam Posição as mulheres Pernambucanas. Enérgico Manifesto do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, conclamando as mulheres à luta contra o roubo dos mandatos do povo”. **Folha do Povo**. Recife, 17 de dezembro de 1947).

Como já dissemos, a democracia defendida nessa época - expressa em diversos artigos, discursos e matérias jornalísticas produzidas em suportes diversos - limitava-se, geralmente, à liberdade de expressão, ou de imprensa, e ao direito ao voto, à eleições livres, à liberdade de se reunir, de criar associação, de fundar partido, de atuar politicamente na sociedade. A democracia, no sentido de poder que emana do povo, com a aplicação, experiência de fato, dos princípios iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade no âmbito do privado, do doméstico, do cotidiano das relações interpessoais ainda não é compreendido e assimilado para a vida, mesmo porque o conceito de político se limita às instituições de governo, ao poder do Estado. Sendo assim, na microfísica do poder familiar, e do cotidiano social, prevalece uma cultura política conservadora, patriarcal, patrimonialista, que enfatiza hierarquias e funções sociais predeterminadas. Persiste a ditadura em seus dispositivos culturais que transcendem as disposições do Estado, que [cinicamente] se declara democrático.

Getúlio Vargas anuncia eleições para o executivo e o legislativo federal em 1945, esse legislativo comporia a Assembleia Constituinte; contudo, sob o seu comando. Agamenon Magalhães deixa a interventoria de Pernambuco para conduzir esse processo como Ministro da Justiça. O problema é que, até o mês de outubro, pairava a dúvida sob a possibilidade de eleições; dúvida e incerteza que eram alimentadas pelos jornais do grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que fazia campanha para o Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN. E se lançava a suspeita de que Vargas não pretendia deixar o poder, haja vista o movimento Queremista.

As mulheres, como os homens, se dividiam nessa questão; muitas acreditavam que o “Pai dos Pobres” iria conduzir perfeitamente e com segurança esse pleito – ingenuidade ou confiança irrestrita, o fato é que acreditavam na sinceridade do governo; outras tinham medo das mudanças, como as trabalhadoras que eram atendidas pelo assistencialismo trabalhista de Vargas, e, por isso, se engajavam no movimento Queremista. Outras, provavelmente, torciam para que as eleições fossem limpas, e tinham esperança que o presidente eleito fosse bem diverso do regime ditatorial que se desfazia – entre essas estavam as que se declaravam apertidárias, e as que desconfiavam das manobras do governo e, dessa forma, assumiam partido, geralmente, mas não necessariamente, de esquerda. Ambas, no entanto, se reuniam nos comitês, nas associações, nas ligas, nos clubes de mães, e lutavam por uma democracia de fato.

Diversos partidos propõem candidatos; até mesmo os comunistas, mas não foi Luís Carlos Prestes, e sim um desconhecido chamado Yedo Fiuza. Contudo, o General Eurico Dutra, do partido do governo, PSD (Partido Social Democrático), foi eleito. Vargas tinha sido deposto por dar indícios de que não deixaria o poder, não disfarçava a sua indisposição com a candidatura de Dutra, e suas aproximações com quemistas e comunistas aumentaram as desconfianças. Foi afastado pelo General Gois Monteiro, o mesmo que o ajudou a dar o golpe de 1937. Getúlio se retira de cena, estrategicamente; mas concorre ao Senado pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo, e para Deputado Federal por sete estados mais o Distrito Federal – a legislação permitia na época. Eleito preferiu o Senado pelo Rio Grande, e nessa estratégia ajudou a eleger muita gente.

Em meio a esse processo de pretensa abertura política havia o Comitê de Mulheres Pró-Democracia, sediado no Rio de Janeiro, um movimento que se espalhou pelo Brasil. No Recife foi fundado em julho de 1945, com o cuidado de divulgar seu apartidarismo. Para a mulher se filiar só era exigida...

[...] a condição fundamental de serem reconhecidamente antifascistas. Nele haverá lugar para a colaboração de intelectuais, funcionárias bancárias, comerciárias, operárias, domésticas etc., enfim, todas as mulheres que desejarem prestar o seu auxílio nesta hora de redemocratização do país. (“Comitê” de Mulheres Pró-Democracia. **Jornal Pequeno**. Recife, 07 de agosto de 1945).

A proposta do comitê transcendia a luta contra a ditadura do Estado Novo e pela redemocratização do país; alinhava uma proposta de conscientização, de desenvolver o potencial político da mulher, e, nesse sentido, o programa do Comitê era bem explícito:

**1º - Preparação política das mulheres por meio de:**

- a) Palestras sobre temas políticos, como, por exemplo: as quatro liberdades de Roosevelt. Decisões das Conferências de Teheran, Yalta, Chapultepec. Código Eleitoral, formas de governo, atividades dos trabalhadores da América Latina, etc;
- b) Indicação de leituras;
- c) Esclarecimento sobre a necessidade de solução pacífica do problema nacional;
- d) Idem, sobre a necessidade de eleições livres e honestas; do voto consciente da mulher; da união das mulheres em torno dos seus problemas.

**2º - Incentivo e solução dos problemas dos expedicionários, de todas as vítimas de guerra e desajustados sociais.**

**3º - Estudo de um plano de alfabetização**, inicialmente, para maiores de 18 anos, dado o curto prazo para as eleições, visando atingir o objetivo de aumentar o eleitorado brasileiro consciente e diminuir a percentagem de analfabetos.

Para realização do seu programa o “Comitê” de Mulheres Pró-Democracia procura dar cumprimento às seguintes tarefas:

- a) Organização de palestras sobre temas políticos, por membros do “comitê” ou pessoas especialmente convidadas: indicação de leituras, organização de uma biblioteca (ambulante, a princípio), constituída, inicialmente, por livros que as próprias sócias possam colocar a disposição do “Comitê”; leituras coletivas de artigos ou pequenos trechos com comentários e trocas de idéias;
- b) Visitas às famílias dos expedicionários, no Hospital do Exército, às famílias das vítimas. Tentativa de ajustamento político entre as famílias dos expedicionários e estes. Obtenção de uma delegada em cada cidade do interior, como elemento de ligação.
- c) Providências que se fizerem necessárias a favor do plano de alfabetização de adultos, cuja atividade será irradiada pelos diversos bairros.

O comitê tinha conselho deliberativo e era organizado em comissões, sendo todos os membros eleitos em assembleia; a contribuição era de dois cruzeiros. A comissão executiva era composta exclusivamente por mulheres: Neusa Gibson, presidente; Neusa Cardim, secretária; e Edite Góis, tesoureira.

Em julho de 1947, o Comitê programou comemorar a “Queda da Bastilha” no Teatro Isabel. Infelizmente, o evento foi proibido pelo Secretário de Segurança Pública a mando do interventor Amaro Pedrosa. As mulheres protestaram “energicamente”. Discursariam nessa ocasião: Gilberto Osório, Luiz Magalhães Melo, Severino Mario,

Oswaldo Gadelha, Paulo Cavalcanti, Julião Francisco de Paula, Rodrigues Calheiros e Cândida Maranhão. Cândida era filiada ao PCB, esposa do Deputado Federal Leivas Otero, médica obstetra, deve ter chegado no Recife, do Rio Grande do Norte, por volta de 1939, com dezesseis anos, para fazer o preparatório do curso de Medicina. Um dia, ao passar numa das ruas que a levava ao centro da cidade, assistiu a uma palestra na sede da Célula Universitária do Partido Comunista Brasileiro, gostou e decidiu se filiar; passou a ser uma das oradoras nos comícios, que aconteciam tanto nos subúrbios quanto no Parque 13 de maio, algumas vezes, ao lado do lendário Luiz Carlos Prestes.

Como todos que se propuseram a lutar pela democracia, as mulheres enfrentaram algumas dificuldades diante da persistência de dispositivos ditatoriais. Mesmo porque, o Recife só retomou parte de sua autonomia política em dezembro de 1947, com a reabertura da Câmara Municipal; contudo, eleições para a prefeitura só aconteceram em 1955. Recife era considerada base-militar, por causa da guerra, e tinha fama de comunista – metade da câmara eleita foi de candidaturas populares, doze vereadores de esquerda -; o Estado manteve essa condição de base militar com prefeitos biônicos no Recife e em outras cidades do país, numa estratégia para impedir a eleição de candidaturas indesejáveis, como a de Gregório Bezerra, que tinha grandes possibilidades de ser eleito prefeito do Recife; impedimento decidido às vésperas do pleito. Em 1948 começaram a cassar os mandatos dos deputados eleitos pelo PCB, que voltara à ilegalidade; mas, na Câmara Municipal, levou certo tempo esse expurgo, porque os candidatos considerados comunistas, nem sempre filiados, como era o caso de Júlia Santiago da Conceição, haviam sido eleitos por outras legendas, especialmente o PSP, Partido Social Progressista. Todavia, apesar da resistência, no dia 15 de junho 1950 foram expulsos da Câmara numa ação liderada pelo vereador Vandenkolk Vanderlei, da UDN, com o apoio das Forças Armadas.

O Comitê de Mulheres pró-Democracia, entretanto, não se restringia a promover eventos para defender a democracia no Brasil, mas se posicionavam também com questões internacionais. Em 1947 elas demonstraram solidariedade ao povo espanhol ao apelarem às Nações Unidas que reagissem contra a ditadura de Franco. Ao observarmos as assinaturas no documento percebemos que o Comitê se multiplicou em subcomitês espalhados pelos diversos bairros do Recife e cidades vizinhas...

Neusa Cardim, presidente do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, Carmem Pinto, Carmosina Araújo, Juraci Góis, Adalgisa Cavalcanti, Cândida Maranhão, Laís Antunes, Júlia Santiago e mais 25 representantes de organizações femininas, localizadas em Santo Amaro, Sítio Novo, Mustardinha, Cordeiro, Casa amarela, Guadalupe, Salgadinho, Estrada dos Remédios, Sítio do Wanderley, Sítio Nozinho, Peixinhos, Águas Compridas, Bela Vista, Sapucaia, Vila São Miguel, Cabanga, Areias, Ladeira do Giz, Alto José do Pinho e Cabo.

Esses subcomitês foram importantes também no suporte às candidaturas populares. Não é à toa que de julho a setembro de 1947 constatamos a criação de diversas entidades femininas. Assim como o espaço da seção “Movimento Feminino” no Jornal Folha do Povo vai crescendo, dando conta de diversos assuntos, desde notícias sobre o movimento, problemas de bairro, até oferecendo cursos de corte costura, culinária, fundação de escolas de alfabetização. Infelizmente, após as eleições, esse espaço no jornal desaparece ou torna-se esporádico.

O Comitê tenta editar um periódico, o Tribuna Feminina, um articulista do Folha do Povo, em julho de 1947, apresenta o projeto e pede que não deem atenção as falhas da impressão e que os homens sigam o exemplo dessas mulheres na luta pela democracia...

[...] sem ser comunista, depois do fechamento do PCB, o Comitê de Mulheres Pró-Democracia, em Pernambuco, é a única organização que está levando a prática as palavras de Prestes, isto é, está provando ‘que a política não se aprende nos livros nem nas academias, mas organizando na prática da própria atividade política’.

O protagonismo feminino também reage a favor dos princípios democráticos estabelecidos pela Constituição. Surgem ligas de defesa da Constituição, dirigidas e compostas apenas por mulheres: Amara Guedes, presidenta; Terezinha de Jesus Domingues, secretária; Severina Francisca do Nascimento, tesoureira; Maria do Carmo da Silva e Maria José Domingues, procuradoras; e Adalgisa Cavalcanti, presidenta de honra (Folha do Povo, 20/07/1947)

Entretanto, Patrício Potiguar, ou João Fagundes de Meneses, em artigo no Diário de Pernambuco, de dois de setembro de 1947, elogiava o movimento feminino, mas entendia que ainda poderia ser mais amplo. Potiguar apelava para o que, possivelmente, mais preocupava a maioria das mulheres naquele momento, no sentido de convencê-las a participar em maior número: O bem-estar da família, a despesa abastecida. Reclamações contra a carestia eram constantes na época. Diz no artigo, que elas deviam lutar contra

“os desacertos administrativos, as crises econômicas e garroteamento das liberdades públicas”.

Nessa história, as mulheres tomam posição frente às ameaças de uma Terceira Guerra Mundial. Em 1949, segundo Mariana Várzea, em artigo intitulado “Adalgisa Cavalcanti, uma lutadora” (site bolsa de mulher: 21abr2002), era fundada a Federação de Mulheres do Brasil, que prestava orientações a associações de bairros e organizações menores; como também circulava em todo país o jornal “Momento Feminino”, dirigido por Arcelina Mochel. Na verdade, o clima de guerra era uma reação dos Estados Unidos frente às manobras soviéticas. O presidente Truman lança uma nova doutrina de Segurança Nacional, de repercussão [ou intromissão] internacional, de caráter anticomunista e antissoviético. Tinha início a Guerra Fria.

Eventos pela paz se sucedem por todo país; como também a sociedade reage a nova lei de Segurança Nacional, defendida pelo deputado Costa Neto. O projeto é chamado pelo povo de “Lei Barreto-Pinto”, “Lei Tarada”, “Lei Mata-Povo”, “Lei da Traição”. Luiz Carlos Prestes e outros, num manifesto intitulado “Lutemos pela Liberdade e a Independência de Nossa Pátria”, de cinco de março de 1949, acusam os EUA de provocar a guerra e ameaçar a soberania brasileira. Nesse manifesto se dirige às mulheres no sentido de que não deixem seus “filhos, maridos e noivos sucumbirem frente a carnificina imperialista”. No dia onze, a Câmara do Recife aprovava o projeto de lei da vereadora Júlia Santiago da Conceição, para que a Prefeitura contribuísse com o auxílio de dez mil cruzeiros para a Convenção Feminina Pró-Paz, sob protestos de vereadores que acusavam que esta organização estava sob a influência do “extinto Partido Comunista Brasileiro”. No dia dezessete foi criada a Associação Pernambucana em Defesa da Paz e da Cultura. Em abril aconteceu o Congresso Brasileiro pela Paz, no Rio de Janeiro, numa iniciativa da Organização Brasileira em Defesa da Paz e da Cultura.

A convenção Feminina Pró-Paz iria acontecer no Gabinete Português de Leitura. Infelizmente, o vereador Ranilson Sá Barreto (UDN) alertou a instituição da orientação comunista do movimento. E o evento, ao que parece, não aconteceu.

Podemos perceber assim que o protagonismo feminino é bem significativo nesse período da história. Elas se movimentam de diversas formas, participam das

preocupações contemporâneas, colaboram com as discussões. De certa forma, essas organizações tomam a linha de frente diante da impossibilidade do Partido Comunista. No entanto, à medida que a política anticomunista vai sendo retomada – pois, independente da influência norte-americana, era uma preocupação que vinha do extinto Estado Novo – a atuação dessas organizações vai se tornando mais suspeita, e a polícia política ainda é uma realidade. Mesmo assim, a ênfase no apartidarismo servia para atrair militantes, e, de certa forma, funcionava como um foro democrático, se apoiavam numa causa comum: Pela Anistia, em prol da Democracia, em defesa da Constituição e pela Paz Mundial.

**Referências bibliográficas:**

GOMINHO, Zélia de Oliveira. Cidade Vermelha: A Experiência Democrática no Pós-Estado Novo. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, tese de doutorado, 2011.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. Veneza americana X Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40). Recife: Programa de Pós-Graduação em História, dissertação de mestrado, 1997; UBE/CEPE, 1998.

LOBO, Yolanda. Bertha Lutz. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. “Brasileiras: Cidadania no Feminino”. PINSKY, Jaime & Carla (orgs). História da Cidadania. São Paulo: Editora Contexto, 2008. P. 495-515.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral; LUZ, Noemia Maria Queiroz da (orgs). As Mulheres na Cidade do Recife. Feminismo, Cultura e Transgressão. Recife: EDFRPE, 2015.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. “Mulheres: Igualdade e Especificidade”. PINSKY, Jaime & Carla (orgs). História da Cidadania. São Paulo: Editora Contexto, 2008. P. 265-309.